

ADC 020/2018

CONPEL – CIA NORDESTINA DE PAPEL S.A.
Em Recuperação Judicial

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE ACORDO COM
AS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NO BRASIL E
COM O IFRS E
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

31 DE DEZEMBRO DE 2017

ÍNDICE

Mensagem da Administração.....	3
Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras.....	5
Balanço Patrimonial.....	9
Demonstração do Resultado do Exercício.....	11
Demonstração do Resultado Abrangente.....	12
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	13
Demonstração do Fluxo de Caixa.....	14
Demonstração do Valor Adicionado.....	15
Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras.....	16

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

A Diretoria da CONPEL – Cia Nordestina de Papel submete à apreciação de V.Sas., o relatório da Administração e as correspondentes demonstrações financeiras, com relatório de auditores independentes, referente ao exercício encerrado em 2017.

Este relatório tem o objetivo de dar aos acionistas, colaboradores, fornecedores, clientes, mercado financeiro, órgãos públicos e demais integrantes da sociedade, todas as informações necessárias e abrangentes nas diversas áreas da Companhia.

Tivemos em 2017 um ano muito difícil e desafiador, atravessando uma lenta, mas importante fase da Companhia, não somente pela crise financeira que vem atravessando nos últimos anos, mas também pela modesta retomada da economia brasileira, cujo efeito abalou fortemente o segmento de embalagens de papel, principalmente na região Nordeste do Brasil.

Diante deste cenário, a Companhia se deparou com a oportunidade de voltar a crescer, alinhando sua reestruturação através de uma forte redução de custos, melhoria de margens, alteração do modelo de negócio, reconquista de mercado e buscando recuperar a credibilidade perdida nos últimos anos, em função da sua situação econômica e financeira.

Para que essa condição fosse possível, em função da deterioração da economia brasileira nos anos, alinhada com a fragilidade da estrutura financeira e tendo ainda grande dificuldade em captação de créditos, sejam para giro operação ou para melhorias do seu parque fabril, em 26/05/2017 o Conselho de Administração aprovou em AGE o ajuizamento do pedido de Recuperação Judicial da Companhia. Referido pedido foi impetrado em 29/06/2017 e deferido em 18/08/2017, conforme processo número 0800411-61.2017.8.15.0441, na Vara única de Conde/PB.

O mercado e o sistema legal brasileiro são ainda muito resistentes para empresas em Recuperação Judicial, visto que há desconfiança na continuidade e recuperação de empresas amparadas pela Lei 11.101/2005, assim, tivemos um período mais moroso de retomada, algo previsto, mas que acarretou em uma série de fatores que acabaram impactando na retomada do mercado e das operações.

Felizmente, após alguns meses percebemos a receptividade de nossos clientes, pois a Recuperação Judicial nos concedeu uma condição melhor para aplicar um novo modelo de negócio e promover a reestruturação, objetivando desenhar uma retomada mais forte para o ano de 2018, conseguindo paulatinamente uma regularidade no atendimento dos nossos clientes e o retorno do mercado que responde a recuperação modesta da economia local.

O mercado de embalagens apresentou um crescimento de 1,96% segundo ABRE (Associação Brasileiro de Embalagens) que demonstra a retomada do mercado, nos dando assim uma perspectiva de retomada mais acelerada para o ano de 2018, com isso buscamos parcerias com clientes e fornecedores para conseguir atender a necessidade do mercado, certos que teremos um grande espaço para voltar a crescer.

Em 2017 tínhamos o objetivo de retomar a produção de sacaria, mas com a dificuldade de crédito para fornecimento do Papel Kraft, principal insumo desta operação, destacando ainda que os clientes de sacos, em sua maioria, mantiveram contratos fechados com seus fornecedores não atingimos um volume viável para retomada, postergando assim nosso startup de retomada deste segmento para o segundo trimestre de 2018, onde acreditamos em um bom incremento de receita e margem operacional.

A Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) espera um crescimento para o setor da Construção de 10% nos próximos anos, assim podemos vislumbrar uma forte alta no segmento.

Em papel ondulado e com o objetivo na continuidade e retomada do crescimento da Companhia, firmamos parcerias no abastecimento de matéria prima (aparas de papel) e com isso conseguimos melhorar a eficiência financeira a partir de dezembro/2017.

Iniciamos uma nova jornada para conseguir recuperar a fatia de mercado perdida neste segmento, tendo vários fatores positivos evidentes no último trimestre de 2017 e com fortes perspectivas para o ano seguinte, ressaltando ainda que fizemos uma parada geral na planta em dezembro, viabilizando melhor qualidade e maior produtividade.

Para que nosso projeto seja alcançado, alinhado com as premissas de recuperação de mercado e faturamento, a Companhia está desenvolvendo a captação de recursos através da venda de ativos, bem como a disponibilização de garantias que suportem as operações para o crescimento desejado.

Ainda reestruturamos toda equipe industrial e administrativa que impactaram em uma redução de 17% do quadro de colaboradores, com isso melhorando a eficiência técnica e econômica da empresa.

É importante destacar que a CONPEL está no mercado desde 1967, tem uma grande participação no segmento de embalagens de papel ondulado e sacos multifoliados, se destaca no mercado por ser uma empresa comprometida com a qualidade dos seus produtos e a satisfação total de seus clientes, fato que nos garante a possibilidade de recuperar grande parte do mercado regional ainda neste ano.

Sabemos que 2017 foi um ano desafiador, mas superamos, tendo em 2018 grande confiança que a recuperação da Companhia será plena e contínua, não somente pela estratégia adotada, mas também visualizando, de forma modesta, que a economia brasileira está apresentando recuperação, nos concedendo um cenário promissor de retomada e recuperação.

Conde - PB, 31 de dezembro de 2017.

A ADMINISTRAÇÃO

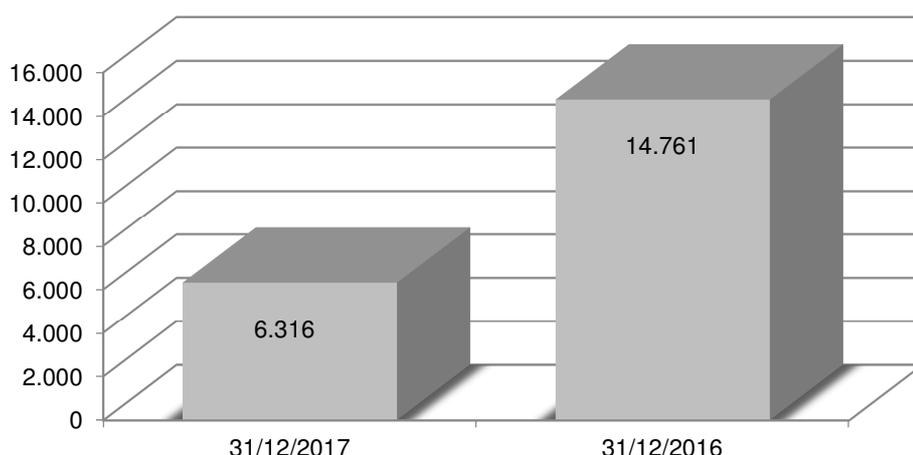
RELATÓRIO DE DESEMPENHO

A Diretoria da CONPEL Cia Nordestina de Papel, com atividades no segmento de fabricação de papeis do tipo Kraft, chapas e embalagens de caixas, bem como a industrialização de sacos simples e multifolhados, apresenta e submete para apreciação o Comentário de Desempenho e suas informações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2017.

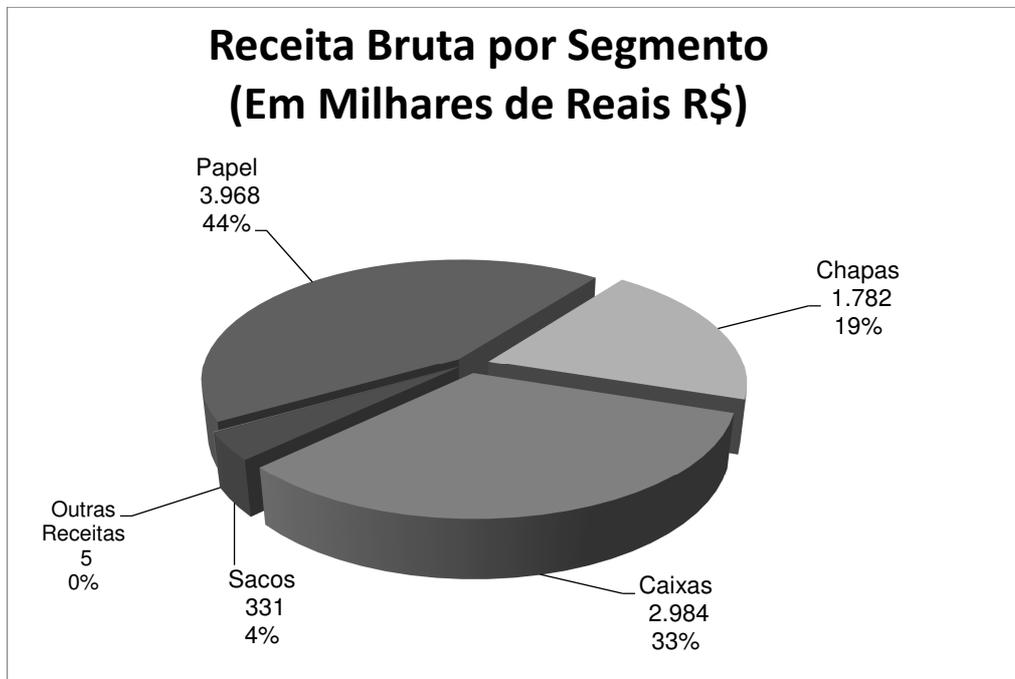
RESULTADO	31/12/2017	%	31/12/2016	%
Receita Operacional Líquida	6.316		14.761	
(-) Custos do Produtos Vendidos	(9.768)		(20.345)	
Lucro Bruto	(3.453)	-54,67%	(5.584)	-37,83%
<i>Despesas Operacionais</i>				
Com Vendas	(225)	3,56%	(458)	3,11%
Gerais e Administrativas	(4.849)	76,79%	(3.405)	23,07%
Outras Receitas e Despesas	(6.515)	103,16%	(15.638)	105,94%
Lucro antes do Result. Financeiro e Tributos	(15.042)	238,18%	(25.085)	169,94%
<i>Resultado Financeiro</i>				
Receitas Financeiras	66	1,05%	29	0,20%
Despesas Financeiras	(13.997)	221,62%	(30.829)	208,85%
Resultado Antes Imp. de Renda Contrib. Social	(28.973)	458,75%	(55.885)	378,60%
Imposto de Renda e Contribuição Diferidos	798	12,64%	655	-4,44%
Prejuízo Líquido do Exercício	(28.175)	446,11%	(55.229)	374,16%

Receita Operacional Bruta

A receita operacional bruta apresentou diminuição de 71,62% se comparada ao ano anterior, fato atribuído à retração da economia, principalmente no segmento de caixa e papel.

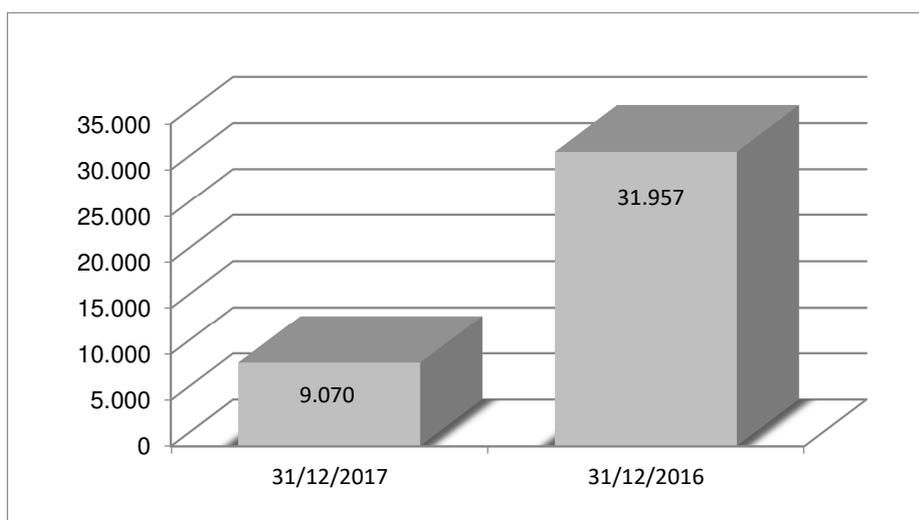


No gráfico abaixo é demonstrado a participação de cada linha de produto sobre a Receita Operacional Bruta.



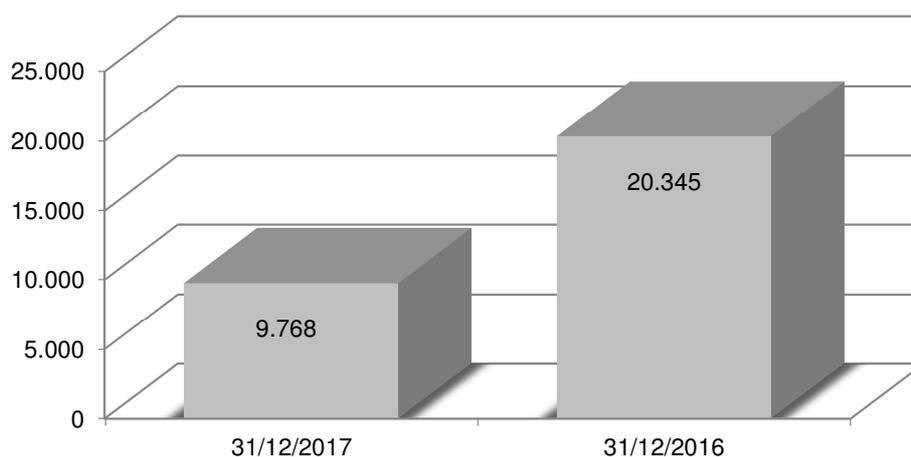
Receita Operacional Líquida (ROL)

A receita operacional líquida demonstrou diminuição de 71,62% em relação a 2016, devido ao aumento dos nossos custos de produção e acentuada queda nas vendas de Caixa e Papel.



Custo dos Produtos Vendidos (CPV)

Os custos dos produtos vendidos reduziram de 2016 para 2017 em 51,99% acompanhando as vendas.



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE ACORDO COM AS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NO BRASIL E COM IFRS

Aos
Administradores e Acionistas da
CONPEL – Cia Nordestina de Papel
Conde - PB

Abstenção de opinião

Fomos contratados para examinar as demonstrações financeiras individuais da CONPEL COMPANHIA NORDESTINA DE PAPEL S.A. (*Companhia*), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro 2017, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) e dos fluxos de caixa, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Não expressamos uma opinião sobre as referidas demonstrações financeiras da CONPEL COMPANHIA NORDESTINA DE PAPEL S.A. (*Companhia*), pois, devido à relevância dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para abstenção de opinião", não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre estas demonstrações financeiras.

Base para abstenção de opinião

As Demonstrações Financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, no pressuposto de continuidade normal dos negócios conforme disposto na NBC TA 750 – *Continuidade Operacional*, aprovada pela Resolução número 1.226/09 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e alterações posteriores. No entanto, a Companhia tem apresentado significativos prejuízos operacionais nos últimos exercícios, além de apresentar dificuldades financeiras para geração de fluxo de caixa. Possui alto grau de endividamento tributário, trabalhista e previdenciário, com fornecedores e instituições financeiras, o que gera dificuldades na obtenção de novos financiamentos. As demonstrações financeiras apresentadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 demonstram agravamento da situação em relação ao exercício anterior, ao evidenciar queda significativa no Faturamento.

A Companhia apresenta passivo a descoberto no montante de **R\$ 171.914mil** em 31 de dezembro de 2017 (**R\$ 143.740mil** em 31 de dezembro de 2016). Tais situações remetem a elevado grau de incerteza quanto à capacidade da Companhia de em dar continuidade as suas atividades operacionais.

A Companhia requereu um pedido de RECUPERAÇÃO JUDICIAL, o qual foi deferido pelo Poder Judiciário da Paraíba, Vara Única de Conde, em 18 de agosto de 2017 (Procedimento Comum (7) 0800411-61.2017.8.15.0441).

As demonstrações financeiras e as notas explicativas não divulgam integralmente estes fatos.

Dada à situação econômica e financeira que a Companhia vem enfrentando nos últimos exercícios, agravada pelo processo de recuperação judicial deferido no exercício de 2017, suas operações foram significativamente afetadas, principalmente pela interrupção da produção da linha de sacarias, em janeiro de 2017, cujas atividades não foram restabelecidas até a emissão deste relatório. Dessa forma, entendemos que há indícios relevantes de que os ativos imobilizados da Companhia relacionados a esta atividade estão sujeitos a perdas significativas (*Impairment*), no entanto, não nos foram apresentadas evidências de análise realizada, de forma que nos possibilitasse concluir com segurança razoável de que as demonstrações financeiras não apresentam distorções materiais em decorrência deste assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos no parágrafo “Base para abstenção de opinião”, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas e outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

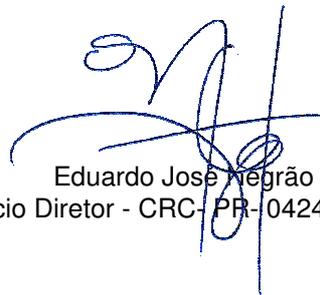
Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública de um assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 29 de março de 2018.

RSM ACAL AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CVM - RJ 11.444 – CRC - PR 006492/F-5



Claudio Silva Foch
Sócio Diretor - CRC- RJ- 102.455/O-4 S-PR



Eduardo José Negrão
Sócio Diretor - CRC- PR-042423/O-6

CONPEL – CIA NORDESTINA DE PAPEL S.A

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016

ATIVO	Nota	31/12/2017	31/12/2016
CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa	7	168	-
Contas a Receber de Clientes	8	1.965	1.371
Estoques	9	673	557
Adiantamento a Fornecedores	10	1.122	647
Impostos a Recuperar	11	603	860
Outros Créditos	12	-	8
Despesas do Exercício Seguinte		-	16
Total do Ativo Circulante		4.531	3.459
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo			
Impostos a Recuperar	11	3	11
Empresas Ligadas	13	903	1.178
Outros Créditos	12	874	847
Total do Realizável a Longo Prazo		1.780	2.036
Imobilizado	14	55.710	61.316
Total do Ativo Não-Circulante		57.490	63.352
TOTAL DO ATIVO		62.021	66.811

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONPEL – CIA NORDESTINA DE PAPEL S.A

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)	Nota	31/12/2017	31/12/2016
CIRCULANTE			
Fornecedores	16	12.550	10.971
Empréstimos e Financiamentos	17	2.768	9.067
Obrigações Sociais	18	33.721	23.857
Obrigações Tributárias	19	151.880	142.746
Adiantamento de Clientes	20	626	168
Outras Obrigações		434	209
Total do Passivo Circulante		201.979	187.017
NÃO CIRCULANTE			
Empresas Ligadas	13	12.159	2.939
Impostos Diferidos	21	19.797	20.595
Total do Passivo Não-Circulante		31.956	23.534
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)			
	23		
Capital Social		22.338	22.338
Ajuste de Avaliação Patrimonial		33.871	35.288
Prejuízos Acumulados		(228.123)	(201.366)
Total do Patrimônio Líquido		(171.914)	(143.740)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)		62.021	66.811

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONPEL – CIA NORDESTINA DE PAPEL S.A

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE
2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016

	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Receita Operacional Líquida	24	6.316	14.761
(-) Custos do Produtos Vendidos		(9.768)	(20.345)
Lucro Bruto		(3.452)	(5.584)
<i>Despesas Operacionais</i>			
Com Vendas	25	(225)	(458)
Gerais e Administrativas	26	(4.849)	(3.405)
Outras Receitas e Despesas	27	(6.515)	(15.638)
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras		(15.041)	(25.085)
<i>Resultado Financeiro</i>			
Receitas Financeiras	28	66	29
Despesas Financeiras		(13.997)	(30.829)
Resultado Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		(28.972)	(55.885)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidas		798	655
Resultado Líquido do Exercício		(28.174)	(55.230)
Prejuízo por Ação Básico e Diluído R\$:		(1,90)	(3,05)

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONPEL – COMPANHIA NORDESTINA DE PAPEL S.A

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 31
DE DEZEMBRO DE 2016**

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
RESULTADO DO EXERCÍCIO	(28.174)	(55.230)
<i>Outros Resultados Abrangentes</i>	-	-
RESULTADO ABRANGENTE	<u>(28.174)</u>	<u>(55.230)</u>

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONPEL – COMPANHIA NORDESTINA DE PAPEL S.A

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital Social	Prejuízos Acumulados	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Patrimônio Líquido Total
Em 31 de Dezembro de 2016	22.338	(201.366)	35.288	(143.740)
Resultado do Período	-	(8.365)	-	(8.365)
(-) Realização do Custo Atribuído	-	597	(597)	-
Em 31 de Março de 2017	22.338	(209.134)	34.691	(152.105)
Resultado do Período	-	(9.468)	-	(9.468)
(-) Realização do Custo Atribuído	-	274	(274)	-
Em 30 de Junho de 2017	22.338	(218.328)	34.417	(161.573)
Resultado do Período	-	(5.493)	-	(5.493)
(-) Realização do Custo Atribuído	-	273	(273)	-
Em 30 de Setembro de 2017	22.338	(223.548)	34.144	(167.066)
Resultado do Período	-	(4.848)	-	(4.848)
(-) Realização do Custo Atribuído	-	273	(273)	-
Em 31 de Dezembro de 2017	22.338	(228.123)	33.871	(171.914)

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONPEL – COMPANHIA NORDESTINA DE PAPEL S.A

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 31 DE
DEZEMBRO DE 2016

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado Líquido do Exercício	(28.174)	(55.229)
Ajustes:		
Depreciação e Amortização	2.664	2.949
Provisão (Reversão) Créditos de Liq. Duvidosa	107	6.970
Juros Provisionados	13	219
Constituição (Reversão) de IRPJ/CSLL Diferidos	(798)	(655)
Recuperação de Despesas	(945)	(307)
Lucro Líquido do Exercício Ajustado	<u>(27.133)</u>	<u>(46.053)</u>
Clientes	(702)	1.112
Estoques	(116)	3.706
Impostos a Recuperar	265	(132)
Despesas do Exercício Seguinte	16	(16)
Outros Créditos	(492)	118
(Aumento) ou Diminuição do Ativo	<u>(1.029)</u>	<u>4.788</u>
Fornecedores	1.579	(541)
Obrigações Sociais e Tributárias	19.943	39.749
Adiantamento de Clientes	458	(1.959)
Outras Obrigações	226	(39)
Aumento ou (Diminuição) do Passivo	<u>22.206</u>	<u>37.210</u>
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	<u>(5.956)</u>	<u>(4.055)</u>
DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de Imobilizado	-	(55)
Baixa Imobilizado	2.943	-
Empréstimos Concedidos à Pessoas Ligadas	9.494	1.549
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Investimento	<u>12.437</u>	<u>1.494</u>
DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recebimento de Empréstimos e Financiamentos	6.008	40.930
Pagamento de Empréstimos e Financiamentos	(12.321)	(38.372)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Financiamento	<u>(6.313)</u>	<u>2.558</u>
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>168</u>	<u>(3)</u>
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	-	3
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	168	-

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONPEL – COMPANHIA NORDESTINA DE PAPEL S.A

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
RECEITAS		
Venda dos Produtos	8.820	21.625
Constituição (Reversão) de IRPJ/CSLL Diferidos	798	655
Venda de Ativo Imobilizado	(1.679)	-
Provisão (Reversão) Créditos de Liq. Duvidosa	(107)	(6.970)
Provisão (Reversão) p/ Contingências	(5.694)	-
Perdas Não operacionais	948	163
Incentivos Fiscais Recebidos	33	723
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Custos dos Produtos Vendidos	(4.242)	(9.821)
Materiais - energia, serv. Terceiros e outros	(2.812)	(4.126)
VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>(3.934)</u>	<u>2.249</u>
Depreciação, Amortização e Exaustão	(2.664)	(2.949)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	<u>(6.598)</u>	<u>(700)</u>
Receitas Financeiras	66	29
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (RECEI	<u>(6.532)</u>	<u>(671)</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	<u>(6.532)</u>	<u>(671)</u>
<i>Pessoal</i>		
Remuneração Direta	3.742	5.149
Benefícios	672	956
FGTS	325	640
<i>Impostos, Taxas e contribuições</i>		
Federais	1.734	14.158
Estaduais	1.169	2.751
<i>Remuneração de capitais de terceiros</i>		
Juros	13.997	30.829
Aluguéis	3	76
<i>Remuneração de capitais Próprios</i>		
Resultado do Exercício	<u>28.174</u>	<u>55.230</u>

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A CONPEL CIA NORDESTINA DE PAPEL tem como principal atividade a fabricação de papéis do tipo Kraft, chapas e embalagens de caixas, bem como, a industrialização de sacos simples e multifoliados.

As embalagens produzidas pela Companhia atendem vários setores, com destaque a construção civil, gêneros alimentícios e produtos de higiene e limpeza.

A CONPEL é uma empresa com capital aberta e possui registro junto a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) com número 00468-5, com inscrição no CNPJ sob nº 09.116.278/0001-01 e NIRE nº 2530000622-6. Está sediada no município de Conde, Estado da Paraíba, na Rodovia BR 101 - Km 06, S/nº, Bairro Vale do Gramame, CEP 58.322-000.

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações.

Durante o exercício de 2017 a Companhia manteve o processo de reestruturação das suas atividades operacionais, com o objetivo de se adequar a realidade atual do mercado e a realidade da Companhia, superando as dificuldades financeiras enfrentadas pelo país, buscando aumento das margens operacionais.

Neste contexto a administração promoveu várias alterações nos seus procedimentos de controle, buscou aumento de preços, alteração de prazos e promoveu uma grande alteração nos seus quadros de colaboradores, focando no aumento da carteira de clientes e almejando a potencialização da receita operacional.

2. RESUMO DAS POLÍTICAS, PREMISSAS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais estão definidas abaixo:

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações contábeis do Exercício findo em 31 de Dezembro de 2017 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07, Lei nº 11.941/09 e pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

2.2 CONVERSÃO DE MOEDA ESTRANGEIRA

a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos na demonstração financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico em que atua (moeda funcional). As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia.

2.3 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas das transações, com risco insignificante de mudança de valor e que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Em sua maioria são classificadas na categoria de “ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”.

2.4 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

2.4.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros no reconhecimento inicial sob as seguintes categorias:

a) **Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado**

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo.

b) **Empréstimos e recebíveis**

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes).

Os empréstimos e recebíveis da empresa compreendem “contas a receber de clientes e demais contas a receber” e “caixa e equivalentes de caixa”.

c) **Passivos financeiros**

A Companhia não mantém nem emite derivativos para fins especulativos, tampouco possui passivos detidos para negociação, nem designou quaisquer passivos financeiros.

d) **Outros passivos financeiros**

Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía Contas a Pagar a Fornecedores nessa classificação, conforme nota explicativa nº 15.

2.4.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subseqüentemente, contabilizados pelo valor justo e os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor de ativos financeiros são apresentados na demonstração do resultado em "Outros Ganhos/Perdas Líquidos" no período em que ocorrem.

2.4.3 Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.4.4 Impairment de ativos financeiros

a) Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia utiliza para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) A Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria;
- (iv) Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou

(vi) Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:

-mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo;

-condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, em um período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a redução puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

A Companhia, levando em consideração as premissas descritas anteriormente, avalia a recuperação do valor contábil dos ativos utilizando o conceito do “valor em uso”, através de modelos de fluxo de caixa descontado das unidades geradoras de caixa, representativas dos conjuntos de bens tangíveis e intangíveis utilizados no desenvolvimento e venda de produtos aos seus clientes.

O processo de determinação do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de descontos. As premissas sobre projeções de crescimento, do fluxo de caixa e dos fluxos de caixa futuro são baseadas no plano de negócios da Companhia, aprovado anualmente pela Administração, das condições econômicas que existirão durante a vida econômica das diferentes Unidades Geradoras de Caixa, conjunto de ativos que proporcionam a geração dos fluxos de caixa. Os fluxos de caixa futuros foram descontados com base na taxa representativa do custo de capital.

De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso é efetuada por um exercício de cinco anos, e a partir de então, considerando-se a perpetuidade das premissas tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado.

As premissas-chave foram baseadas no desempenho histórico da Companhia e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas com base em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

2.5 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de produtos no decurso normal das atividades da Companhia.

As contas a receber de clientes, inicialmente, são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para *impairment* (perdas no recebimento de créditos).

As Contas a Receber de clientes não foram ajustadas a seu valor presente por estarem em sua maioria vencidas ou com prazos de vencimento em curto prazo.

2.6 ESTOQUES

Os estoques são demonstrados pelo custo médio das compras, líquido dos impostos compensáveis quando aplicáveis, sendo inferior aos valores de realização líquidos dos custos de venda. Os estoques de produtos acabados compreendem as matérias-primas processadas e envolvimento de mão de obra direta e custos de produção na valorização dos itens.

Quando necessário, os estoques são deduzidos de provisão para perdas com estoques, constituída em casos de desvalorização de estoques, obsolescência de produtos e perdas de inventário físico.

Adicionalmente, em decorrência da natureza dos produtos da Companhia, em casos de obsolescências de produtos acabados, os mesmos podem ser reciclados, para reutilização na produção.

2.7 ATIVO IMOBILIZADO

Registrado ao custo histórico de aquisição, formação ou desenvolvimento, deduzido da depreciação acumulada. A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, estimados com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto terrenos, os quais não são depreciados. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada se necessário, podendo variar com base na atualização tecnológica de cada unidade.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando forem prováveis que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

2.8 ATIVO INTANGÍVEL

Referem-se a *softwares* adquiridos, custos e despesas com desenvolvimento de novos produtos. Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

A vida útil dos ativos intangíveis é avaliada como finita ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida útil finita são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda de valor recuperável (*impairment*) sempre que houver indicação de perda de seu valor econômico. Mudanças na vida útil ou no padrão de consumo de benefícios futuros esperados são contabilizadas por meio da mudança no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas testados anualmente em relação a perdas de valor recuperável (*impairment*). A avaliação de vida indefinida é revista no encerramento de cada exercício para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para finita é efetuada de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

a) *Softwares*

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a *softwares* identificáveis e únicos, controlados pela Companhia e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Os gastos com o desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis.

2.9 REDUÇÃO DO VALOR RECUPERÁVEL DOS ATIVOS NÃO FINANCEIROS

Os ativos que têm uma vida útil indefinida não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

2.10 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes, e são calculados com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido ajustado nos termos da legislação vigente. A compensação de prejuízos fiscais e de base negativa da contribuição social está limitada a 30% do lucro tributável. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente sendo: 15%, acrescido de 10% sobre o que exceder a R\$ 240mil anuais para o imposto de renda e 9% para a contribuição social. Portanto as adições ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- (i) Quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- (ii) Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o exercício da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizados, exceto:

- (i) Quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- (ii) Sobre as diferenças temporárias dedutíveis, associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

2.11 CONTAS A PAGAR AOS FORNECEDORES

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo), caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.12 PROVISÕES

As provisões são reconhecidas quando a empresa tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; sendo o valor estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

2.13 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos de transação) e o valor total a pagar, é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método de taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos dos empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.14 RECONHECIMENTO DA RECEITA

O resultado é apurado pelo regime de competência, considerando aspectos relacionados a seguir:

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades. Esta é reconhecida quando:

- (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade; e,

(iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades; - receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva, sendo o mesmo critério obedecido para as despesas contábeis; - os custos dos produtos vendidos foram reconhecidos no mesmo período que a respectiva receita; - as despesas operacionais constituem-se das despesas incorridas para vender os produtos e serviços e administrar.

2.15 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Companhia concede aos empregados benefícios que envolvem seguro de vida, assistência médica, odontológica, entre outros, os quais respeitam o regime de competência em sua contabilização, sendo cessados após término do vínculo empregatício.

2.16 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (“DVA”)

A legislação societária brasileira requer para empresas de capital aberto a apresentação da demonstração do valor adicionado como parte do conjunto das informações trimestrais apresentadas pela Companhia. Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante o Exercício.

O IFRS não requer a apresentação dessa demonstração. Como consequência, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações anuais.

3. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

3.1 GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

Em atendimento à Resolução CFC nº 1.153, de 23 de janeiro de 2009, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 14, a Empresa efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos.

A Empresa não possui derivativos exóticos ou outras modalidades de derivativos. A política não permite a utilização de instrumentos financeiros derivativos com propósitos especulativos.

a) Risco de Liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Empresa em não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Empresa são monitorados diariamente pelas áreas de Gestão da Empresa, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Empresa.

b) Risco de Crédito

Decorre de eventual dificuldade de cobrança dos valores de vendas a seus clientes.

O risco de crédito relativo às vendas é minimizado por um controle estrito da base de clientes e gerenciamento ativo da inadimplência por meio de políticas claras referentes às vendas.

c) Risco de Mercado

Risco de Taxas de Juros e Inflação: O risco de taxa de juros decorre da parcela da dívida referenciada ao TJLP, IGP-M e INPC e aplicações financeiras referenciadas em CDI, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação.

Risco de Taxas de Câmbio: Decorre da possibilidade de perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem os passivos decorrentes de empréstimos e compromissos de compra em moeda estrangeira ou que reduzam os ativos decorrentes de valores a receber em moeda estrangeira.

d) Operações com derivativos

A Empresa não possui operações com derivativos.

e) Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da Empresa é assegurar que se mantenha um rating de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Empresa e maximizar o valor aos sócios.

A Empresa controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Empresa pode efetuar pagamentos de dividendos, retorno de capital aos sócios, captação de novos empréstimos, emissão de notas promissórias e a contratação de operações com derivativos.

4. ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (impairment), esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixas contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Empresa para instrumentos financeiros similares.

Conforme determina o CPC40/IFRS 7 – Instrumentos Financeiros, a Empresa deve classificar seus instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo, seguindo a seguinte hierarquia de técnicas de avaliação:

Nível 1 – preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2 – informações diferentes dos preços negociados em mercado ativos incluídos no nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e

Nível 3 – técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

4.1 ANÁLISE DE SENSIBILIDADE DE ATIVOS E PASSIVOS

Os principais riscos atrelados às operações da Empresa estão ligados à variação do Certificado do Depósito Interbancário (CDI) para as aplicações financeiras, à variação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA), Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) e Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) para correção de contratos e saldos com fornecedores.

Os instrumentos financeiros da Empresa são representados por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, a pagar, empréstimos e financiamentos, e estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, os quais em 31 de dezembro de 2017 se aproximam dos valores de mercado.

Os principais riscos atrelados às aplicações financeiras decorrem de variações nas taxas de rentabilidade dos ativos, como aplicações em CDB (Certificado de Depósito Bancário) e operações compromissadas, com juros médios equivalentes variando a 85% a 95% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário).

5. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

5.1 Considerações gerais e políticas

A Companhia contrata operações envolvendo instrumentos financeiros (aplicações financeiras), todos registrados em contas patrimoniais, com o objetivo de reduzir sua exposição a riscos de moeda e de taxa de juros, bem como de manter sua capacidade de investimentos e estratégia de crescimento. A administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, os quais estabelecem limites e alocação de recursos em instituições financeiras.

Os procedimentos de tesouraria definidos pela política vigente incluem rotinas mensais de projeção e avaliação da Companhia, sobre as quais se baseiam as decisões tomadas pela Administração. A Política de aplicações financeiras estabelecida pela Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais os contratos podem ser celebrados, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores absolutos a serem aplicados em cada uma delas.

5.2 Fatores de riscos financeiros

A gestão de risco é realizada pela Administração da Companhia, a qual identifica, avalia e protege a mesma contra eventuais riscos financeiros. A Administração estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, risco de taxa de juros, risco de crédito e investimento de excedentes de caixa.

a) Risco de Liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia em não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é monitorado diariamente pelas áreas de Gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia.

b) Risco de Crédito

Decorre de eventual dificuldade de cobrança dos valores de venda aos seus clientes.

A Companhia também está sujeita a risco de crédito proveniente de suas aplicações financeiras.

Com relação ao risco de crédito associado às instituições financeiras, a Companhia atua de modo a diversificar essa exposição entre instituições financeiras de primeira linha.

c) Risco de Mercado

Risco de Taxas de Juros e Inflação: O risco da taxa de juros decorre da parcela da dívida referenciada ao TJLP e INPC e aplicações financeiras referenciadas em CDI, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação.

Risco de Taxas de Câmbio: Decorre da possibilidade de perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentam os passivos decorrentes de empréstimos e compromissos de compra em moeda estrangeira ou que reduzam os ativos decorrentes de valores a receber em moeda estrangeira.

A Companhia não possui contratos com operações financeiras com derivativos (*hedge* cambial) para proteger-se da variação cambial, uma vez que não possui operações com moeda estrangeira significativa.

d) Operações com derivativos

A Companhia não possui operações com derivativos.

e) Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um *rating* de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Companhia controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia pode efetuar ou reter pagamentos de dividendos, limitar ou ampliar o retorno de capital aos acionistas, captar novos empréstimos entre outras práticas.

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos, financiamentos e dívida por aquisição de empresas, menos caixa e equivalentes de caixa.

f) Análise de Sensibilidade de Instrumentos Financeiros

A Companhia entende que os demais instrumentos financeiros não apresentaram riscos relevantes e, portanto, dispensa a demonstração da análise de sensibilidade, referida na Instrução CVM nº 475/08 e Deliberação CVM nº 550/08.

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Mensurado pelo Valor Justo por meio do resultado		
Caixa e Equivalentes de Caixa	168	-
Recebíveis		
Contas a Receber de Clientes	1.965	1.371
Depósitos Judiciais	874	847
Total Ativos Financeiros	3.007	2.218
PASSIVOS FINANCEIROS		
Fornecedores	12.550	10.971
Empréstimos e Financiamentos	2.768	9.067
Total Passivos Financeiros	15.318	20.038

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Caixa	-	-
Bancos Conta Movimento	168	-
Total de Caixa e Equivalentes	168	-

São constituídos pelos saldos de caixas, bancos e aplicações financeiras de liquidez imediata.

8. CONTAS A RECEBER

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Contas a Receber de Clientes	11.358	10.657
(-) Provisão Credito de Liquidação Duvidosa	(9.393)	(9.286)
Total de Contas a Receber	1.965	1.371

Aging List das contas a receber de clientes

Vencidos	10.168	9.286
À vencer em até 3 meses	1.190	1.358
À vencer entre 3 e 6 meses	-	13
Total	11.358	10.657

Os títulos de créditos são compostos por duplicatas e outros títulos, gerados no processo de vendas de mercadorias e estão registrados pelo seu valor de realização.

Na avaliação efetuada para fins de determinação do ajuste a valor presente, não foi constatada a aplicabilidade deste, pois as contas a receber possuem liquidação em curtíssimo prazo de vencimento das faturas.

9. ESTOQUES

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Produtos acabados	428	413
Matérias primas	70	19
Materiais Secundarios	56	43
Outros materiais	70	101
Operações com Terceiros	(328)	(122)
Material recebido para industrialização	377	103
Total de Estoques	673	557

Os produtos acabados foram avaliados pelo custo de produção. As matérias primas, secundárias, embalagens e materiais diversos no almoxarifado, pelo custo médio de aquisição, não superando o valor de mercado.

Em 31 de Dezembro de 2017 os estoques estão registrados ao seu valor justo realizável menos o custo das vendas. Nenhum dos bens constantes em estoques da Companhia encontram-se sob penhor de garantia a quaisquer tipos de passivo ou empréstimo.

10. ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Kelton da Silva Pontes	76	-
Albuquerque Gerenciamento de Residuos Ltda - EPP	43	-
Frederico Marcos Figueiredo	42	10
N. Valencio & Oliveira Ltda	36	-
Fernando Imperiano da Costa ME	29	29
Mandel Advocacia	9	9
Outros Fornecedores	887	599
Total de Adiantamentos a Fornecedores	1.122	647

11. IMPOSTOS A RECUPERAR

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
IRPJ/CSLL Estimativa	88	83
Saldo Negativo IRPJ/CSLL	114	107
ICMS a Recuperar	23	112
PIS a Recuperar	-	12
COFINS a Recuperar	-	52
IPI a Recuperar	-	99
ICMS sobre ativo imobilizado	17	34
Pagtos. Indevidos a Compensar	70	70
Adiantamento para Parcelamento (REFIS)	291	291
Impostos a Recuperar Circulante	603	860
ICMS sobre ativo imobilizado	3	11
Impostos a Recuperar Não Circulante	3	11

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE ACORDO COM AS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NO BRASIL E COM O IFRS

31 de Dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12. OUTROS CRÉDITOS

	31/12/2017	31/12/2016
Outros Créditos	-	8
Total Circulante	-	8
Depósitos Judiciais - Trabalhistas	874	847
Total não Circulante	874	847

13. PARTES RELACIONADAS

	31/12/2017	31/12/2016
ATIVO		
EKN Administração e Participações	903	903
Cocelpa Cia de Celulose e Papel	-	275
Antonio de Pauli	-	-
Total Ativo não Circulante	903	1.178
PASSIVO		
Cocelpa Cia de Celulose e Papel	414	-
Compet Agro Florestal	2.598	2.158
Arpeco Artefatos de Papel S.A.	813	781
Antonio de Pauli	8.334	-
Total Passivo não Circulante	12.159	2.939

As condições aplicadas às empresas relacionadas equivalem às mesmas condições aplicadas ao mercado.

14. IMOBILIZADO

	Terrenos	Edifíc. e Benf.	Maquinas e Equip.	Instal.	Móveis e Utensílios	Veículos	Outros	Imobiliz. Andam.	Total
Média Taxas de Depreciação		4,00%	5,22%	8,97%	6,89%		9,54%		
Saldo Inicial	6.532	9.757	45.934	296	315	-	114	1.261	64.209
Adições	-	-	24	-	8	-	24	-	56
Depreciação	-	(796)	(1.938)	(147)	(41)	-	(27)	-	(2.949)
Saldo Final	6.532	8.961	44.020	149	282	-	111	1.261	61.316
Em 31 Dezembro de 2016									
Custo	7.002	19.911	77.097	4.386	722	31	489	1.352	110.990
Deprec. Acumulada	-	(10.197)	(29.642)	(4.203)	(414)	(31)	(369)	-	(44.856)
Impairment	(470)	(753)	(3.435)	(34)	(26)	-	(9)	(91)	(4.818)
Valor líquido contábil	6.532	8.961	44.020	149	282	-	111	1.261	61.316
Saldo Inicial	6.532	8.961	44.020	149	282	-	111	1.261	61.316
Adições	-	-	-	-	1	-	-	-	1,00
Depreciação	-	(797)	(1.730)	(71)	(41)	-	(25)	-	(2.664)
Baixas	-	-	(3.731)	-	-	-	-	-	(3.731)
Baixa Depreciação	-	-	788	-	-	-	-	-	788
Saldo Final	6.532	8.164	39.347	78	242	-	86	1.261	55.710
Em 31 Dezembro de 2017									
Custo	7.002	19.911	73.366	4.386	722	31	489	1.352	107.259
Deprec. Acumulada	-	(10.994)	(30.584)	(4.274)	(454)	(31)	(394)	-	(46.731)
Impairment	(470)	(753)	(3.435)	(34)	(26)	-	(9)	(91)	(4.818)
Valor líquido contábil	6.532	8.164	39.347	78	242	-	86	1.261	55.710

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE ACORDO COM AS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NO BRASIL E COM O IFRS

31 de Dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia efetua anualmente a revisão da vida útil dos ativos imobilizados em atendimento ao ICPC 10 – Interpretação sobre a aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27 e 28, o qual exige que a vida útil e o valor residual do imobilizado seja revisada no mínimo a cada exercício.

15. RECUPERABILIDADE DOS ATIVOS – IMPAIRMENT

Em atendimento a legislação vigente, Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09, bem como, o Pronunciamento Técnico CPC 01 (R3) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, aprovado pela resolução CFC nº 1.292/10 e alterações posteriores, assim como a deliberação CVM nº 639/2010, sobre a aplicabilidade do teste de recuperabilidade também conhecido como *impairment*, a Companhia procedeu os testes dos saldos contábeis de ativos intangíveis, imobilizado e não circulantes a fim de determinar se estes sofreram perdas, visando mensurar a capacidade de retorno que estes ativos possam proporcionar para a Companhia.

Considerando que a legislação dispõe que a Companhia deve apresentar periodicamente análise sobre a recuperação dos ativos, e para o quarto trimestre de 2017 a companhia realizou uma avaliação patrimonial pelo “Valor Justo de Mercado” dos seus ativos conforme determinado pelo CPC 01: “... *valor recuperável como o maior valor entre o valor justo líquido de despesas de venda de um ativo ou de unidade geradora de caixa e o seu valor em uso*” atestado pelo Laudo nº0175/2017, feito pela empresa Ferrari Gestão de Ativos Ltda, inscrita no CNPJ, nº 93.272.003/0001-65, a qual o mesma atesta que o Valor Justo de Mercado dos bens avaliados é de R\$ 69.715.073,15, não havendo provisão de perdas (*Impairment*) no exercício de 2017.

16. FORNECEDORES

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Contas a Pagar a Fornecedores	12.550	10.971
Total de Contas a Pagar	12.550	10.971

Aging List de Contas a Pagar

Vencidos	12.337	10.316
A vencer em até 3 meses	73	205
A vencer entre 3 e 6 meses	46	63
A vencer de 6 meses a 1 ano	94	387
Total	12.550	10.971

O impacto da crise nas atividades da empresa, reflete em um aumento nos no saldo do Contas a Pagar.

17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A natureza das obrigações está descrita a seguir:

Circulante	31/12/2017	31/12/2016
Conta Garantida	-	-
Financiamentos	405	405
Empréstimos de Fornecedores	440	460
Duplicatas Descontadas	1.923	8.202
Total Empréstimos e Financiamentos	2.768	9.067
Vencimentos		
Em até 6 meses	2.768	9.067
	2.768	9.067

a) Indexadores:

Por Indexação		
Taxas Pré-Fixadas - Capital de Giro	0,55%	0,55%
Taxas Pré-Fixadas - Conta Garantida	3,50%	3,50%
Taxas Pré-Fixadas - Financiamento (CDC)	1,61%	1,61%
Taxas Pré-Fixadas - Mutuo (CDI)	0,90%	0,90%
Taxas Pré-Fixadas - Duplicatas Descontadas	1,60%	1,60%

Devido à dificuldade que capital de giro que ainda persiste, e uma das alternativas utilizadas para suprir essa necessidade foi o desconto de títulos.

18. OBRIGAÇÕES SOCIAIS

	31/12/2017	31/12/2016
Salários a Pagar	2.721	652
INSS	17.333	15.118
FGTS	3.723	3.143
IRRF Funcionários	1.673	1.391
Provisões e Encargos	951	1.968
Provisão Indenizações	6.327	633
Parcelamentos Previdenciários	790	790
Contribuição Sindical	203	162
Total	33.721	23.857

19. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

Circulante	31/12/2017	31/12/2016
ICMS (i)	13	10
PIS (ii)	5.669	5.331
COFINS (ii)	27.103	25.496
IPI (ii)	100.147	94.763
INSS S/ FATURAMENTO (ii)	3.987	3.511
IRRF	44	28
IRPJ	1.910	1.750
CSLL	536	489
Multas Infrações CLT	357	308
ISS	39	36
INSS Retido Fonte	38	38
PIS/COFINS/CSLL	253	179
ICMS Diferencial de Aliquota	23	12
ICMS Divida Ativa	11.761	10.795
Total Circulante	151.880	142.746
Não Circulante		
Parcelamento Estadual - ICMS (iii)	-	-
Total não Circulante	-	-

- (i) No exercício de 2017 a companhia se beneficiou do FAIN (crédito presumido de ICMS) incentivo fiscal do governo da Paraíba, somente no mês de novembro/2017 no valor de R\$ 1.388,64, pois nos demais meses a companhia apurou crédito no ICMS. De acordo com a Resolução 025/2010, ratificada pelo decreto nº 31.837/2010, proporcionou a Companhia o direito a utilização do crédito presumido de 74,25% do saldo devedor do ICMS apurado mensalmente, relativo às saídas decorrentes da produção industrial própria incentivada, com vencimento em até 02 de dezembro de 2025, o que subsidiará a Companhia parte dos investimentos necessários para ampliação de sua capacidade instalada e manutenção de seu parque fabril.
- (ii) Com relação aos tributos diretos e indiretos federais e os demais tributos em aberto estão sendo atualizados de acordo com o índice de multa e juros estipulado de acordo com RFB/PGFN, e reconhecidos na contabilidade com exigibilidade imediata.

20. ADIANTAMENTO DE CLIENTES

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Clientes Diversos	626	168
Total	626	168

Marcelo Vitor Lopes de Oliveira	102	-
Ecopaper Ind e Com de Embalagens Ltda	100	-
Samuel Junior de Souza	75	75
Riograndense Distribuidora Ltda	49	-
Ivone da Silva Gomes	48	10
Janaina Aparecida Marques Diniz	27	27
Elizabeth Porcelanato - unidade 3	25	-
Ind. Alimentícia do Vale Ltda	25	-
Pescados Fish Ltda	21	-
M A G Pinto Cartonagem ME	21	-
Outros	133	56
Total	626	168

21. IMPOSTOS DIFERIDOS

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Custo Atribuído	51.319	53.466
Vida Útil	6.908	7.108
IRPJ Diferido (25%)	14.557	15.143
CSLL Diferida (9%)	5.240	5.452
Total	19.797	20.595

22. REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Remuneração de Conselheiros	-	74
Remuneração de Diretores	34	40
Total	34	114

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Prejuízo de Exercício Anteriores	(199.949)	(146.136)
Prejuízo do Período	(28.174)	(55.230)
Prejuízos Acumulados	(228.123)	(201.366)
Capital Social	22.338	22.338
Ajuste de Avaliação Patrimonial	33.871	35.288
Total do Patrimônio Líquido	(171.914)	(143.740)

Capital Social

O Capital Social realizado é composto por 18.122.099 ações, que correspondem a R\$ 22.338 mil. A composição é a seguinte:

Acionista	Espécie / Classe	Quantidade	Capital Subscrito - R\$	Votante
EKN - Embal. Kraft NE Ltda	Ações Ordinárias	17.377.638	21.420.235	96%
Outros minoritários	Ações Ordinárias	744.461	918.106	4%
Total		18.122.099	22.338.341	100%

24. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Papel Kraft	3.968	4.818
Chapa de papelão	1.782	3.516
Caixas	2.984	12.077
Sacos	331	11.528
Outras Receitas	5	18
Total Mercado Interno	9.070	31.957
(-) Impostos sobre Vendas	(2.506)	(6.864)
(-) Devoluções e Abatimentos	(248)	(10.332)
Receita Líquida	6.316	14.761

Reflete a perda de clientes ocorrida no decorrer do exercício de 2016 e a dificuldade de retomar alguns clientes no exercício de 2017.

25. DESPESAS COM VENDAS

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Fretes	(214)	(412)
Comissões	(11)	(46)
Total	(225)	(458)

26. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Honorários, salários, encargos e benefícios	(3.844)	(2.528)
Serviços, Aluguéis	(352)	(231)
Energia, Água e Comunicações	(294)	(266)
Materiais de Consumo	(142)	(91)
Impostos Taxas e Contribuições	(34)	(11)
Gastos Gerais	(183)	(278)
Total	(4.849)	(3.405)

27. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
(+) Outras Receitas		
Incentivo FAIN	34	724
Recuperação de Despesas	945	307
Outras Receitas	(1.693)	(9.699)
Total Outras Receitas	(714)	(8.668)
(-) Outras Despesas		
Prov. Perdas Recebimento de Credito	(107)	(6.970)
Prov. Contingencia	(5.694)	-
Outras Despesas	-	-
Total Outras Despesas	(5.801)	(6.970)
Total	(6.515)	(15.638)

28. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
(+) Receitas Financeiras		
Juros Mora Ativos	6	10
Descontos	48	-
Outros Juros Ativos	12	19
Total Receitas Financeiras	66	29
(-) Despesas Financeiras		
Juros s/ Financiamentos	-	(83)
Juros s/ Duplicatas Descontadas	(2.573)	(3.053)
Juros Mora Passivos	(733)	(1.929)
Juros s/ de Tributo	(10.097)	(23.883)
Multas s/ de Tributo	(353)	(827)
Juros Tributos Parcelados	-	(63)
Descontos Concedidos	(52)	(16)
Despesas Bancárias	(96)	(221)
Outras Despesas Financeiras	(93)	(754)
Total Despesas Financeiras	(13.997)	(30.829)
Total Resultado Financeiro Líquido	(13.931)	(30.800)

Neste exercício de 2017 quase todas as contas das despesas financeiras diminuíram se comparado ao mesmo período de 2016, essa variação é consequência da queda das vendas e consequentemente do volume de títulos descontados e movimentações bancárias como um todo.

29. DESPESAS OPERACIONAIS POR NATUREZA

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Natureza		
Depreciação e Amortização	(2.664)	(2.949)
Despesas com Pessoal	(4.739)	(6.744)
Matérias-Primas e Materiais de uso e Consumo	(4.242)	(9.821)
Serviços de Terceiros	(3.197)	(4.694)
Outras Despesas Operacionais	(6.515)	(15.638)
Total	(21.357)	(39.846)
Função		
Custo dos Produtos e Serviços Vendidos	(9.768)	(20.345)
Despesas com Vendas	(225)	(458)
Despesas Gerais e Administrativas	(4.849)	(3.405)
Outras Despesas Operacionais	(6.515)	(15.638)
Total	(21.357)	(39.846)

30. LAJIDA (EBTIDA)

Conforme instrução CVM 527/12, a Companhia aderiu à divulgação voluntária de informações de natureza não contábil como informação adicional agregada em suas informações trimestrais, apresentando o LAJIDA (EBITDA) – Lucros Antes dos Juros, Impostos sobre Renda incluindo Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização, para os períodos findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016.

Em linhas gerais, o LAJIDA (EBITDA) representa a geração operacional de caixa da Companhia, correspondente ao quanto à empresa gera de recursos apenas em suas atividades operacionais, sem levar em consideração os efeitos financeiros e de impostos.

Ressalva-se que este não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como base para distribuição de dividendos, alternativa para o lucro líquido, ou ainda, como indicador de liquidez.

Os resultados estão representados a seguir:

LAJIDA (EBITDA)	31/12/2017	31/12/2016
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(28.174)	(55.230)
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social	(798)	(655)
(+) Despesas Financeiras	13.997	30.829
(-) Receitas Financeiras	(66)	(29)
RESULTADO ANTES DOS JUROS E DO IMPOSTO DE RENDA (EBIT)	(15.041)	(25.085)
(+) Depreciação e Amortização	2.664	2.949
RESULTADO ANTES DOS JUROS, DO IMPOSTO DE RENDA, DA DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO (EBITDA)	(12.377)	(22.136)

Conde (PB), 31 de dezembro de 2017.

Cristiano Ciriaco Delgado
Diretor Presidente

Aécio Rodrigo Antunes
Contador
CRC PR 0557341/O-3

Jackson Eduardo Lopes Dias
Diretor Administrativo/Financeiro e Relações com Investidores